**XI CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO**

**A pesquisa em Educação: aprofundamento epistemológico e compromisso com as demandas sociais**

**31 mar., 1 e 2 abr. 2020 – Montes Claros (MG)**

**Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)**

**Educação Matemática no Ideário da Escola Nova no Norte de Minas Gerais (1920-1970): outras leituras**

**Richardson Oliveira Lima**

Acadêmico do 6º Período do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Montes Claros

richardsonoliveira726@gmail.com

**Sarah Viana de Oliveira Matos**

Acadêmica do 6º Período do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Montes Claros

sarahvianaom@gmail.com

**Shirley Patrícia Nogueira de Castro e Almeida**

Doutora em Educação (UFMG). Professora do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) e do Departamento de Métodos e Técnicas Educacionais – UNIMONTES

shirley.castroalmeida@yahoo.com.br

**Resumo**

A presente pesquisa de Iniciação Científica Voluntária (ICV), iniciada em agosto de 2019, se propõe a investigar representações, apropriações e práticas de ensino da Matemática produzidos na confluência entre os discursos oficiais e a cultura escolar constituída por professores de Montes Claros e região Norte Mineira, no período de 1920 a 1970. Trata-se de um subprojeto de uma pesquisa, de amplo espectro, denominada “História da Educação no Norte de Minas: uma imersão na Escola Nova (1920-1970)”, que tem como objetivo reconstituir as faces da História da Educação, discutindo representações, apropriações e práticas orientadas pelo movimento da Escola Nova em Montes Claros e na região Norte Mineira. A investigação é de abordagem qualitativa, valendo-se de procedimentos e técnicas de pesquisa bibliográfica e documental.

**Palavras-chave:** Escola Nova. Práticas de Ensino da Matemática.

**Considerações Iniciais**

A presente pesquisa de Iniciação Científica Voluntária (ICV), iniciada em agosto de 2019, se propõe a investigar representações, apropriações e práticas de ensino da Matemática produzidos na confluência entre os discursos oficiais e a cultura escolar constituída por professores de Montes Claros e região Norte Mineira, no período de 1920 a 1970.

Trata-se de um subprojeto de uma pesquisa, de amplo espectro, denominada “História da Educação no Norte de Minas: uma imersão na Escola Nova (1920-1970)”, que visa a reconstituição de faces da História da Educação, discutindo representações, apropriações e práticas orientadas pelo movimento da Escola Nova em Montes Claros e na região Norte Mineira.

O estudo se insere no âmbito da História Cultural, na vertente defendida por Chartier (1990), que propõe os conceitos de representação, apropriação e prática como ferramentas teóricas para a reconstituição da memória coletiva.

Nossa intenção é conhecer a história da Educação Matemática em Montes Claros e região Norte Mineira, por meio da análise de representações, apropriações e práticas de ensino da Matemática, produzidos na confluência entre os discursos oficiais e a cultura escolar constituída por professores. Nossa pesquisa se inscreve, ainda, como História Regional.

Acreditamos que esse estudo possibilitará a compreensão de especificidades da Educação Norte Mineira, no contexto de transformações e mudanças deflagradas no Brasil dos anos 1920 a 1970.

**Objetivo da pesquisa**

Investigar representações, apropriações e práticas de ensino da Matemática produzidos na confluência entre os discursos oficiais e a cultura escolar constituída por professores de Montes Claros e região Norte Mineira, no período de 1920 a 1970.

**Referencial teórico**

Visando um maior entendimento acerca das transformações nas práticas disciplinares ocorridas, entre as décadas de 1910 a 1930, no âmbito educacional em Montes Claros, Minas Gerais, o estudo de Veloso, Nascimento e Amorim (2018) realiza análise documental do Jornal Gazeta do Norte, bem como da Revista do Ensino, sendo que “a discussão parte do confronto entre a pedagogia tradicional e a Escola Nova” (VELOSO; NASCIMENTO; AMORIM, 2018, p. 341), na qual, o ideário escolanovista, novas práticas disciplinares são propostas “em que os sentimentos e os comportamentos podem se desenvolver e se manifestar, sem imposição ou aplicação de castigos e punições, em um contexto de liberdade e de não sujeição” (VELOSO; NASCIMENTO; AMORIM, 2018, p. 344). O recorte temporal em questão se deu ao fato da escolarização, naquele momento, estar a se apresentar “como um dispositivo necessário ao ordenamento social e à integração das classes populares na modernidade” (VELOSO; NASCIMENTO; AMORIM, 2018, p. 345).

Á luz do jornal Gazeta do Norte, práticas disciplinares de professoras primárias de Montes Claros são narradas em uma crônica, onde o autor descreve situações vividas enquanto estudante, “sendo que a aplicação de castigos, quer físicos ou morais, como recurso para o disciplinamento das crianças foi colocado em xeque” (VELOSO; NASCIMENTO; AMORIM, 2018, p. 347), haja vista que essa prática tradicionalista se contrapunha ao modelo de sociedade que estava a ser almejado, pois “para a Escola Nova, a aplicação de castigos físicos era uma estratégia inadequada à modernidade e às pretensões de formação do cidadão civilizado” (VELOSO; NASCIMENTO; AMORIM, 2018, p. 349) e desse modo a indisciplina rememorada, em um dado momento pelo autor, fora extinta, não por meio de castigos físicos, mas “na aplicação de formas mais sutis de ordenamento da classe e de controle do comportamento dos estudantes” (VELOSO; NASCIMENTO; AMORIM, 2018, p. 349), uma pedagogia disciplinar que possuiu influência dos princípios escolanovistas.

Sob influência europeia, surge a necessidade de modernizar a ação educativa nas primeiras décadas do século XX, levando a experimentação de práticas disciplinares diferentes das que se encontravam em vigor – tradicionalistas – com iniciativas que colocavam a criança no centro do processo educativo. Contrapondo a pedagogia tradicional, a Escola Nova propõe novas práticas disciplinares que visam, sobremaneira, a liberdade, a autodisciplina e o auto controle, disseminando princípios “em que a disciplina é tomada como consequência do exercício da liberdade e do respeito à individualidade, em que o ‘bom comportamento’ significa a participação ativa das crianças nas atividades” (VELOSO; NASCIMENTO; AMORIM, 2018, p. 350).

Assim, na década de 1930, a Escola Normal Official de Montes Claros, fundou Conselho de Estudantes, “instituição que tinha por finalidade organizar e orientar todas as atividades sociais da escola” (VELOSO; NASCIMENTO; AMORIM, 2018, p.352). Desse modo, conforme o jornal Gazeta do Norte, a escola pretendia com a criação do conselho um favorecimento da educação, propiciando harmonia e cooperação entre alunos, professores e administradores, desse modo “o conselho deveria produzir o aumento progressivo do senso de responsabilidade, o sentimento de dignidade das novas gerações, a parceria entre família e escola” (VELOSO; NASCIMENTO; AMORIM, 2018, p. 352), além de promover mudanças nas práticas disciplinares, à luz da Escola Nova, questionando as punições de outrora “nesse contexto, a civilização deixa de significar apenas urbanização da cidade, alfabetização e moralização da população, mas sinaliza para a necessidade de autogoverno e liberdade individual” (VELOSO; NASCIMENTO; AMORIM, 2018, p. 357).

Ao articular a pesquisa dos autores, anteriormente citados, àquelas realizadas no âmbito da Educação Matemática verificamos que a metodologia da Aritmética professada por Lourenço Filho, nos anos 1920, constituiu uma orientação para o ensino intuitivo, com materiais pedagógicos a auxiliar a tentativa de ruptura com um dos pontos-chave da cultura escolar do ler, escrever e contar: a centenária tradição de cantar de cor a tabuada (VALENTE, 2009, p. 205).

Posteriormente, um segundo estudo realizado, que levou em conta o papel de Lourenço Filho na educação matemática, constituiu trabalho mais aprofundado sobre a formação matemática do professor primário em perspectiva histórica. O texto foi publicado em livro. Em capítulo final da obra, foi abordado o embate das concepções intuitivas e escolanovistas para o ensino de matemática no curso primário. Como resultado da matemática presente na formação do professor do ensino primário, o estudo conclui que “em finais da década de 1920 as referências paulistas perdem força em âmbito nacional. Um novo tempo surge com o movimento da Escola Nova e sua difusão diferenciada pelos estados brasileiros. No entanto, em termos do ensino de matemática, mesmo o representante mais ativo do escolanovismo – Lourenço Filho – não conseguiu dar passo adiante na mudança do ideário das lições de coisas, para o que seria o método ativo da matemática” (VALENTE, 2012, p. 115).

Nesse sentido, podemos concluir que o educador Lourenço filho, teve uma grande contribuição para educação matemática no Brasil, propondo novas alternativas para o ensino de aritmética nos anos inicias escolares com base na Escola Nova. A penetração dessas práticas nas escolas desencadeou um processo de matematização da pedagogia, levando o cotidiano das práticas pedagógicas a incorporar novas formas de organizar as classes escolares, nova estruturação dos conteúdos a serem ensinados e novos processos de avaliação escolar.

Os estudos desse educador brasileiro contribuiram para a matemática dos dias atuais, pois, possibilitaram a criação de novas metodologias de ensino e aprendizagem da matemática escolar. Vale salientar também que, por meio desses estudos houve uma grande articulação entre a psicologia e a matemática, interligadas no processo de ensino-aprendizagem.

**Procedimentos metodológicos**

Adotamos como técnicas de coletas de dados, informações e evidências: a pesquisa bibliográfica em materiais afins; a pesquisa documental tendo como base fontes impressas constituídas, principalmente, pela legislação do ensino, atas, correspondências, documentos, artigos da Revista do Ensino, além do jornal Gazeta do Norte, publicado em Montes Claros entre 1918 e 1962.

O estudo tem a Escola Nova como temática orientadora, dado o deslocamento de sentido que este movimento produziu no campo educacional brasileiro – apontava para a necessidade de renovar as práticas educativas pela superação de metodologias autoritárias e focalizadas na atividade do professor; representava o deslocamento do eixo de organização da atividade educativa, colocando a criança como centro do trabalho pedagógico; sinalizava o respeito à individualidade e o favorecimento de sua atividade consciente e interessada da criança em seu processo de aprendizagem. A pesquisa se justifica pela possibilidade de reconstituição da memória coletiva, partindo da Reforma Francisco Campos (1927-1928), em um momento em que o governo mineiro adotou princípios escolanovistas e propôs a renovação das práticas em sala de aula.

**Resultados parciais da pesquisa**

Trata-se de uma pesquisa em fase inicial, não havendo, portanto, resultados finais. Apresentamos os resultados iniciais da pesquisa bibliográfica empreendida, na qual concluímos que em 1920, sob influência de um mundo cada vez mais industrial e individualizado e de ideias e técnicas pedagógicas advindas dos Estados Unidos, os pioneiros da Escola Nova no Brasil, dentre eles, Anísio Teixeira e Francisco Campos, defendiam que o ensino escolar leigo, universal, gratuito e, também, a garantia da educação a cargo do Estado, “como solução para os problemas do país, apelam para o humanismo científico-tecnológico, ou seja, convivência harmoniosa do homem com a máquina, criando-se condições para que os indivíduos convivam com a tecnologia e a ciência, fazendo os entender que tudo isto está a serviço e disponibilidade do homem”(RIBEIRO, 1993).

Inspirados nas ideias de John Dewey, o “aprender fazendo” ganha destaque no movimento escolanovista e o foco do sistema de ensino-aprendizagem passa a ser o aluno e não mais o professor. O movimento Escola Nova suscitou reformas educacionais em vários estados do país, vinculando-se esse ideário “à expansão da rede escolar, à construção de espaços escolares em acordo com o objetivo de oferecer um educação integral, à criação de uma legislação para a educação, à publicação de livros didáticos e de literatura infantil e à disseminação de novos métodos de ensino” (GARNICA; SOUZA 2012, p. 345).

No tocante ao ensino da Matemática, primava-se por “dotar a criança de um instrumento para resolver, da melhor maneira, as situações da vida relacionadas com as questões de quantidade e de número (aritmética) e de forma, extensão e posição (geometria)” (GARNICA; SOUZA 2012, p.349), sugerindo metodologias ativas e estratégias para o desenvolvimento desses objetivos, com a utilização de jogos e atividades que levassem em consideração o contexto, como, por exemplo, o prédio da escola para a realização de medições, localizando assim o processo educativo dentro da esfera social, onde o aluno movia sua própria aprendizagem.

A partir da revisão bibliográfica inicial concluímos que a Reforma Francisco Campos trouxe avanços e limites para a Educação no Brasil, no período em que foi implantada. Destacamos algumas medidas de grande importância, implementadas por meio da “Reforma Francisco Campos”, sendo: a criação do Conselho Nacional de Educação e organização do ensino secundário e comercial.

Conforme Cunha (2007, p. 259), tal reforma foi destinada à “formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional, construindo no seu espírito todo um “sistema de hábitos, atitudes e comportamentos.” Dessa forma, Francisco Campos instituiu a divisão do curso secundário em dois ciclos de cinco e dois anos, respectivamente, o primeiro fundamental, e o segundo complementar, orientado para as diferentes opções de carreira universitária. Ela previa, ainda, a criação de um sistema nacional de inspeção do ensino secundário, a ser feito por uma rede de inspetores regionais. As universidades também sofreram uma nova orientação, voltada para a pesquisa, difusão da cultura e maior autonomia administrativa e pedagógica.

Por outro lado, a reforma foi omissa em relação ao ensino primário, o que representou um obstáculo à democratização da educação, tão defendida pelos adeptos da Escola Nova. Apesar dos avanços, pode-se apontar como pontos negativos da reforma a já citada negligência com o ensino primário, a falta de articulação entre o curso secundário e o comercial e o enciclopedismo do programa de estudos, com rigorosa avaliação. Isso tornou o ensino muito seletivo e desigual. Quanto ao ensino superior, a reforma destacou-se pela organização universitária, imprimindo nova orientação baseada na maior autonomia didática e administrativa, com ênfase na pesquisa e na difusão da cultura (ROMANELLI, 1996).

**Considerações**

Esse estudo é relevante, pois visa conhecer a história da Educação Matemática em Montes Claros e região Norte Mineira, por meio da análise de representações, apropriações e práticas de ensino da Matemática, produzidos na confluência entre os discursos oficiais e a cultura escolar constituída por professores. Acreditamos que ele possibilitará a compreensão de especificidades da Educação Norte Mineira, no contexto de transformações e mudanças deflagradas no Brasil dos anos 1920 a 1970, oportunizando a reconstituição das faces da História da Educação nessa porção territorial do estado de Minas Gerais.

No campo educacional, a Escola Nova se difunde como um movimento que se contrapõe à escola dita tradicional e pretende a construção de processos diferenciados de ensino e aprendizagem, sendo que o estado de Minas Gerais ainda em 1927 propõe a reforma do ensino primário e do curso normal a partir de orientações advindas desta perspectiva renovadora.

A escolha da Escola Nova como temática orientadora deve-se à importância deste movimento educativo, que produziu um deslocamento de sentido no campo educacional brasileiro – apontava para a necessidade de renovar as práticas educativas pela superação de metodologias autoritárias e focalizadas na atividade do professor; representava o deslocamento do eixo de organização da atividade educativa, colocando a criança como centro do trabalho pedagógico; sinalizava o respeito à individualidade e o favorecimento de sua atividade consciente e interessada da criança em seu processo de aprendizagem.

Nossa pesquisa permitirá, ainda, o confronto passado-presente, pela construção de um olhar que interroga a realidade, que analisa ocorrências de outra temporalidade e procura identificar e compreender ideias, concepções e práticas, mas, também, os motivos que impulsionaram ações de homens e mulheres que nos antecederam. Dessa forma, produziremos uma inteligibilidade capaz de favorecer a compreensão de concepções e práticas educativas produzidas em Montes Claros e na região norte mineira, discutindo-as a partir de ideais e propósitos mais amplos disseminados pelo governo mineiro da época.

**Agradecimentos**

Agradecemos ao Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntária – ICV – da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES – que tem nos proporcionado a oportunidade de iniciação científica institucionalizada para o desenvolvimento de nossa pesquisa e de nosso desempenho enquanto pesquisadores e, consequente contribuição para o progresso da Ciência.

**Referências**

CHARTIER, Roger (l990). *História Cultural*: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Berthand do Brasil.

CUNHA, L. A. *A universidade temporã*: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. *História da educação escolar no Brasil*: notas para uma reflexão. Paidéia (Ribeirão Preto), n. 4, p. 15-30, 1993.

GARNICA, Antonio Vicente Marafioti; SOUZA, Luzia Aparecida de. *Elementos de história da educação matemática*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil* (1930-1973). 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

VALENTE, W. R. A metodologia da Aritmética nas Anotações de Aulas de Lourenço Filho. IN: BASTOS, M. H. C.; CAVALCANTE, M. J. M. (Orgs.) *O curso de Lourenço Filho na Escola Normal do Ceará*. Campinas, SP: Alínea Editora, 2009.

VALENTE, W. R. *Lourenço Filho e a matemática da Escola Nova*. CNPq/Projeto de Pesquisa, 2012.

VELOSO, Geisa Magela; DO NASCIMENTO, Rafael Baioni; AMORIM, Mônica Maria Teixeira. Práticas disciplinares nas representações de sujeitos da Educação em Montes Claros, MG (1910-1930)/Disciplinary practices in the Education’s subject representations in Montes Claros, MG (1910-1930). *Educação em Foco*, v. 21, n. 34, p. 341-360, 2018.